



Assim, presentes os requisitos inerentes, concedo a medida cautelar de suspensão do certame. Dessa forma, determino, nos termos do art. 60 da Lei Orgânica e do art. 264 c/c o art. 197 do RITCEMG, a suspensão cautelar do Pregão Eletrônico n. 46/2019, ad referendum da Primeira Câmara, na fase em que se encontra, sob pena de multa diária de R\$1.000,00 (mil reais), até o limite de R\$10.000,00 (dez mil reais), consoante art. 90 da Lei Orgânica, sem prejuízo da adoção de outras medidas legais cabíveis. Fixo o prazo de 5 (cinco) dias para que os Srs. Mário Lúcio Alves de Araújo, Secretário de Estado, e Henrique Wykrota Tostes, Secretário de Estado Adjunto, comprovem, nos autos, a adoção da medida ordenada, mediante publicação do ato de suspensão do procedimento licitatório. Em caso de eventual prorrogação contratual ou contratação emergencial, recomendo que a Administração, em observância à busca da proposta mais vantajosa e em consonância com o princípio da economicidade, leve em consideração o valor (sem ICMS) de R\$ 8.839.820,86 (oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte reais e oitenta e seis centavos) ofertado pela licitante declarada vencedora, consoante Memorando SEAP/DCO n. 481/2019, constante no “CD-R” anexado aos autos. Intimem-se os responsáveis, em caráter de urgência, do teor desta decisão, nos termos do art. 166, § 1º, I e VI, do Regimento Interno.

Intime-se, ainda, a denunciante, na forma regimental (DENÚNCIA N. 1066880 Denunciante: A.C. Batista Alimentação Ltda. Órgão: Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais Responsáveis: Mário Lúcio Alves de Araújo e Gustavo Henrique Wykrota Tostes Procuradores: Frederico Macedo Garcia - OAB/MG 104.527, Mayram Azevedo Batista da Rocha - OAB/MG 79.941, Raymundo Campos Neto - OAB/MG 96.807, Viviane Macedo Garcia - OAB/MG 80.902 RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO) (Grifos Nosso).

Deste modo é clarividente que o entendimento dos órgãos de controle, e legislativo, demonstram-se avessos ao uso desta tecnologia. Embora haja projeto de Lei em comento ainda não foi convertido em lei, significa que não há tipificação jurídica específica para a conduta em comento, ou seja, não há uma penalização específica para o uso de “rôbos”, possibilitando interpretar que a tipificação legal mais próxima à utilização do “robô” está